



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Eixo Território, planejamento, desenvolvimento e conflito)

**Projeto “Memórias Coletivas”: estratégias de trabalho social  
com famílias nos territórios**

Marcia Maria Cunha <sup>1</sup>  
Rosana Conceição Maia Lopes <sup>2</sup>  
Rosana Mosqueti<sup>3</sup>  
Luciana de Oliveira Dantas<sup>4</sup>  
Priscilla Cristina de Paula Silva<sup>5</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo apresentar o Projeto “Memórias Coletivas” realizado pelo Cras Nova Esperança do Município de Bauru/SP, compartilhando reflexões sobre estratégias de trabalho social com famílias realizadas pelo CRAS, no âmbito do PAIF, que possibilitem ampliar o conhecimento da realidade local e fortalecer os vínculos familiares e comunitários. Para tanto, a metodologia utilizada foi a pesquisa documental e bibliográfica. Espera-se com esse trabalho contribuir nas discussões sobre atuação proativa e preventiva frente à complexidade das situações de vulnerabilidade e risco social existentes nos territórios de intervenção da Política de Assistência Social.

**Palavras-chave:** Trabalho Social; CRAS; Assistência Social; Território; Memórias Coletivas.

**Abstract:** This work aims to present the “Collective Memories” Project carried out by Cras Nova Esperança of the Municipality of Bauru/SP, sharing reflections on social work strategies with families carried out by CRAS, within the scope of PAIF, which make it possible to expand knowledge of the local reality and strengthen family and community ties. To this end, the methodology used was documentary and bibliographical research. This work is expected to contribute to discussions on proactive and preventive action in the face of the complexity of situations of vulnerability and social risk existing in the territories covered by the Social Assistance Policy.

**Keywords:** Social work; CRAS; Social assistance; Territory; Collective Memories.

---

<sup>1</sup> Assistente Social, Prefeitura Municipal de Bauru/SP., Doutoranda em Serviço Social pela Unesp de Franca, [marcia.cunha@unesp.br](mailto:marcia.cunha@unesp.br).

<sup>2</sup> Agente Social, Prefeitura Municipal de Bauru, Especialista em Trabalho Social com Famílias e Libras: Tradução e Intepretação, [rosanalopes@bauru.sp.gov.br](mailto:rosanalopes@bauru.sp.gov.br).

<sup>3</sup> Assistente Social, Prefeitura Municipal de Bauru/SP., Especialista em Gestão de Políticas Públicas, [rosanamosqueti@bauru.sp.gov.br](mailto:rosanamosqueti@bauru.sp.gov.br).

<sup>4</sup> Psicóloga, Prefeitura Municipal de Bauru/SP., Especialista em Psicologia Jurídica, [lucianadantas@bauru.sp.gov.br](mailto:lucianadantas@bauru.sp.gov.br).

<sup>5</sup> Assistente Social, Prefeitura Municipal de Bauru/SP., Especialista em Trabalho Social com famílias, [priscillasilva@bauru.sp.gov.br](mailto:priscillasilva@bauru.sp.gov.br).



## 1. INTRODUÇÃO

Enquanto equipamento de porta de entrada da proteção social básica do SUAS, o CRAS tem como uma das funções ofertar exclusivamente o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e realizar a gestão territorial da rede socioassistencial de proteção social básica. Segundo a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (MDS, 2014) o PAIF prevê:

[...] o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o **fortalecimento de vínculos familiares e comunitários**, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar universo informacional e **proporcionar novas vivências** às famílias usuárias do serviço.

Um das aquisições previstas, aos usuários do PAIF, é a **segurança de convívio familiar e comunitário** que pode se materializar através de experiências que contribuam para o estabelecimento e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (MDS, 2014).

Sobre esse tema, Sposati (2009, apud MDS, 2017) aponta que campo da proteção social básica de assistência social tem como um dos principais desafios compreender e criar a concepção de fortalecimento de vínculos, visto que ela pode contribuir com a sedimentação do entendimento de que trabalhar com vulnerabilidades do campo relacional é uma responsabilidade pública e que, uma política que busca combater desigualdades e promover o desenvolvimento humano tem um papel central nesse diálogo, pois o trânsito do ambiente individual para o social é a raiz fundante da política pública que exige seu distanciamento da mediação da benemerência ou da caridade.

Quanto à gestão territorial, esta exige do CRAS um adequado conhecimento do território, a organização e articulação das unidades da rede socioassistencial a ele referenciadas e o gerenciamento do acolhimento, inserção, do encaminhamento e acompanhamento dos usuários no SUAS (MDS, 2012).

Ao eleger a territorialização como eixo estruturante do SUAS, reconhece-se que a mobilização das forças no território e a integração de políticas públicas podem potencializar iniciativas e induzir processos de desenvolvimento social (MDS, 2012).

Assim, considerando as principais funções do CRAS, conforme constam nas regulamentações governamentais, a equipe do CRAS Nova Esperança elaborou o Projeto “Memórias Coletivas” visando construir espaços em que é possível fomentar o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, bem como o desenvolvimento do sentimento de pertença, e, ao mesmo, ampliar o conhecimento do território de sua abrangência. O nome do



projeto foi definido com base nas discussões realizadas por Eclea Bosi (1994) sobre a memória, a partir das considerações de Halbwachs, em que ela faz as seguintes ponderações:

[...] cada indivíduo carrega suas lembranças pessoais. Entretanto, ele está inserido em um contexto social e cultural, e é nesse contexto que ele consolida suas lembranças. A memória individual sofre influências das diversas memórias que nos rodeiam. Dessa forma, a memória do indivíduo está relacionada à classe social a que pertence, ao relacionamento com a família, com a igreja, com a escola, com a profissão, com os grupos de referência. Essas diversas memórias constituem a memória coletiva, que dá base à identidade do indivíduo, como pertencente a um determinado grupo. Podemos, assim, dizer que a memória pessoal está ligada à memória em grupo que, por sua vez, está amarrada à memória coletiva de cada sociedade que embora cada indivíduo carrega suas lembranças pessoais, ele pertence a um contexto social e cultural, e é nesse contexto que ele consolida suas lembranças. (Bosi, 1994 apud Lobato, 2016, p. 70).

Com base nesta perspectiva, em seguida, será apresentado como o projeto foi estruturado, as ações previstas, as parcerias realizadas, e as referências utilizadas para fundamentá-lo.

## **2.DESENVOLVIMENTO**

O território do CRAS Nova Esperança abrange 22 áreas constituídas por residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e outros conjuntos habitacionais. Inicialmente, este projeto será voltado para a região próxima ao Bairro Jardim Nova Esperança, mas a proposta é de que ele seja realizado nos demais bairros.

O conjunto habitacional do bairro Jardim Nova Esperança foi criado em 1968 pela Cohab com 252 unidades. Entre a década de 1970 e 1980 foram criados outros bairros na região: núcleo Jardim Eldorado, em 1976, com 199 unidades; conjunto habitacional Jardim Nova Esperança II, em 1977, com 400 unidades; conjunto habitacional Jardim Rosa Branca, em 1980, com 660 unidades; e Núcleo Edson Francisco da Silva, em 1989, com 739 unidades (BAURU, 2020).

A região do bairro Jardim Nova Esperança faz parte do Setor 5 (BAURU, 2020) que engloba a divisa com as APAs da Água Parada e do Rio Batalha, próximo à Rod. Comandante João Ribeiro de Barros, cortado pela ferrovia, onde também há o polígono de tombamento do CONDEPHAAT. Esta região é extremamente populosa, com diversos empreendimentos de habitação de interesse popular e assentamentos precários de grande porte. Predomina nesse setor o uso habitacional de renda média e padrão popular, com carência de infraestrutura e mobilidade precária devido a existência da barreira física criada pela linha férrea.

O CRAS Nova Esperança foi inaugurado em dezembro de 2020, mas devido o prédio ser muito antigo e sem manutenção, abrigando o antigo posto de saúde, ele não estava em



condições de ser ocupado. Assim, foi necessário o trabalho de organização do local que passou por reformas. Depois de três meses começaram os atendimentos à população, ainda com restrições, por conta da pandemia. Durante o ano de 2021 e 2022, em decorrência de furtos da fiação do prédio e problemas estruturais, a equipe do CRAS passou a ficar na sede da SEBES e a deslocar às OSCs para atender as famílias no território. A partir de 19/04/23 o CRAS retomou os atendimentos em novo endereço, de forma temporária, até que seja realizada a reforma do imóvel da antiga unidade de saúde.

Considerando o histórico de implementação do CRAS Nova Esperança, é possível considerar que se trata de um equipamento em processo de consolidação, tendo em vista o curto tempo de permanência no território.

Dito isso, a equipe do CRAS Nova Esperança ao desenvolver o planejamento de suas ações para o ano de 2024 se deparou com a necessidade em compreender mais profundamente os principais desafios e potencialidades do seu território de abrangência, tendo em vista o princípio da territorialização, previsto na Política Nacional de Assistência Social - PNAS (Brasil, 2004), que significa o reconhecimento da presença de múltiplos fatores sociais e econômicos, que levam o indivíduo e a família a uma situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social.

Nesse sentido, recorre-se às considerações de Alves e Semzezem (2013) sobre o processo de conhecimento das vulnerabilidades sociais. Para elas, o território deve ser pensado como espaço no qual se materializa as políticas públicas, considerando o que ele pode ofertar, nestes termos, e quais as condições existentes nele que podem levar indivíduos e famílias a situações de vulnerabilidade social e risco social, e, a partir dessa análise, se torna possível mobilizar recursos para a sua prevenção.

A relevância de se pensar no território está ligada ao que ele representa para as políticas públicas. De acordo com Koga, o território “representa o chão do exercício da cidadania”, local onde as disparidades sociais tornam-se expostas e se experimenta a presença e/ou a ausência dos serviços públicos (KOGA, 2011).

Fundamentado nesse entendimento, a equipe passou a levantar informações sobre o processo de formação dos bairros. Inicialmente foi realizado contato com alguns moradores que residem há mais tempo nos bairros localizados próximos do CRAS e proposto a eles a realização de um grupo para dialogar sobre questões relacionadas à região, resgatando a história de onde residem e pensando coletivamente em formas de melhorar esses espaços e superar as vulnerabilidades sociais existentes.

Em seguida, buscou-se parceiros que pudessem contribuir com a realização das ações e que tivessem objetivos em comum com os do projeto. Uma das parcerias realizadas foi com o Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo -DAUP (UNESP de Bauru), através do projeto de extensão universitária em andamento na região do CRAS Nova Esperança



intitulado “Várzeas Urbanas: Modos de habitar e aprender com a paisagem”. Entre os objetivos, este projeto busca envolver a comunidade local para reconhecer e valorizar, no cotidiano, afetividades latentes entre os moradores das imediações dos fundos de vale e suas paisagens; investigar modos de apropriação, uso e frequência não programados dos espaços residuais e identificar suas potencialidades; e conferir visibilidade a espaços marginalizados e favorecer mudanças no modo de vivenciar e se apropriar deles.

Ou seja, trata-se de um projeto que pretende contribuir com a melhoria da paisagem urbana incluindo a participação dos moradores, de forma a impactar na melhoria da qualidade de vida dessas pessoas, vindo de encontro com os objetivos do trabalho do CRAS.

É importante ressaltar que as vulnerabilidades sociais, por muitas vezes, são produções deflagradas pelo local habitado. Mais que isso, os territórios são produções da interação do meio físico humano e não humano (ambiente), em que a trama das relações cotidianas, seus modos de vida, sua configuração topográfica e morfológica, suas condições de urbanização e infraestrutura urbana (energia, saneamento, drenagem, tratamento de resíduos), suas condições de moradia compõem o cenário e a história ali vivida. Assim, conhecer e valorizar esse conjunto de aspectos é condição para materializar a proteção socioassistencial para pessoas/grupos (MDS, 2017). Portanto, discutir a questão urbana e as formas de apropriação dos espaços da cidade pode direcionar caminhos para pensar em ações de proteção social.

Outra parceria realizada foi com Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para pessoas idosas – SCFV executado no território pela entidade Cáritas Diocesana de Bauru. De acordo com a Tipificação dos Serviço Socioassistenciais (BRASIL, 2014), o SCFV para pessoas idosas tem entre os seus objetivos a realização de atividades que possibilitem espaços de vivências que valorizam as experiências e estimulem e potencialize a condição de escolher e decidir dos usuários; e espaços de encontro para os idosos e encontros intergeracionais de modo a promover a sua convivência familiar e comunitária (MDS, 2014).

O CRAS como responsável pela gestão da rede socioassistencial no território mantém contato frequente com este serviço e ao dialogar sobre a proposta do Projeto “Memórias Coletivas” foi realizado o convite para que eles participassem das ações, considerando a convergência dos objetivos propostos. A equipe do serviço aceitou o convite e se mostrou interessada e à disposição para somar esforços para a execução das ações, informando sobre os usuários que poderão participar das atividades do projeto, sendo estes moradores antigos do bairro, alguns residindo na mesma rua em que está localizado o CRAS.

Ao firmar as parcerias citadas, considerou-se que tanto os objetivos do projeto de extensão universitária do DAUP, como das ações do SCFV para pessoas idosas da entidade Cáritas Diocesana, que atua no território, vêm de encontro com a proposta do projeto “Memórias Coletivas” do CRAS, visto que ambos buscam a melhoria das condições de vida dos



moradores através de atividades comunitárias. Além disso, estabelecer tais parcerias pode qualificar o trabalho do CRAS, otimizar recursos e fortalecer a capacidade de executar ações proativas e preventivas frente às situações de desproteção social, presentes no território, uma vez que:

Um território consciente de suas potencialidades e vulnerabilidades é um território onde emergem condições para a autonomia, a emancipação e a superação de desproteções que afetam os coletivos. Nessa perspectiva, o trabalho social adquire potencial para gerar impactos que extrapolam a dimensão das relações humanas e alcançam, por exemplo, o adensamento da participação da esfera pública, no exercício do controle social e da democratização dos processos representativos e decisórios; a geração de trabalho e renda; a dinamização da economia; **na valorização de sua história, cultura e meio ambiente; e a melhoria de sua infraestrutura e da qualidade de vida de sua população** (MDS, 2017, p. 8, grifos nossos).

A intenção em desenvolver um trabalho voltado, prioritariamente, ao grupo de pessoas idosas se justifica diante da importância em dar valor às memórias dos moradores mais antigos que residem nos bairros e possuem muito conhecimento acumulado sobre o território do CRAS de fundamental importância para compreender a realidade social construída naquele lugar que merece ser apreendido, registrado e compartilhado.

Sobre esse tema Ramos e Koga (2011, p. 362) pontuam que “um dos principais desafios do Suas junto aos territórios locais de gestão reside justamente no (re) conhecimento de suas particularidades a partir de sua dinâmica, e não somente de suas estatísticas oficiais”.

Os autores ainda ressaltam que reconhecer as trajetórias de vida dos chamados “usuários” das políticas públicas pode favorecer os processos da gestão pública onde a centralidade do interesse esteja nos cidadãos e nas suas vivências que ligam os campos urbano ao social (RAMOS; KOGA, 2011).

Ainda sobre a relevância de resgatar memórias, Lobato (2014) pontua que:

as lembranças têm o passado como conteúdo e podem ser compartilhadas no presente por intermédio da comunicação. Assim, a matéria-prima – passado – é extensa. A oportunidade de socializar essas narrativas pode proporcionar a construção de um contexto significativo em que os narradores sejam valorizados. Bosi (1994) afirma que a memória também pode nos ajudar a compreender amplamente a sociedade em que estamos e sua mudança no decorrer do tempo (Lobato, 2014, p. 72).

Outro motivo em eleger as pessoas idosas como público alvo do projeto está relacionado ao aumento dessa parcela da sociedade nos últimos anos. De acordo com o Censo 2022 (IBGE), há 22.169.101 idosos com 65 anos ou mais vivendo no país. É um número 57,4% superior aos 14.081.477 apurados na operação censitária anterior, ocorrida em 2010 (Gomes; Brito, 2023).

Tais dados apontam para a necessidade de ações voltadas a este público que



busquem a prevenção de isolamento social e de institucionalização; e a promoção de um processo de envelhecimento com qualidade de vida e convivência familiar e comunitária.

Propor tal atividade ainda está fundamentado na dimensão preventiva do trabalho social com famílias, em que mensurar os aspectos que concorrem na produção de vulnerabilidades e neles intervir e, ao mesmo tempo, identificar os atributos que conformam os lugares de pertença, ou melhor, aquilo que é valorizado pelos habitantes e suas motivações são ações importantes para proteger indivíduos e/ou grupos, etc (MDS, 2017).

Nessa direção, conforme estabelecido pela Tipificação, no que se refere ao PAIF, este projeto visa também contribuir para a segurança do desenvolvimento da autonomia, oportunizando:

[...] vivenciar experiências potencializadoras da participação cidadã, tais como espaços de livre expressão de opiniões, de reivindicação e avaliação das ações ofertadas, bem como de espaços de estímulo para a participação em fóruns, conselhos, movimentos sociais, organizações comunitárias e outros espaços de organização social; - Vivenciar experiências que contribuam para a construção de projetos individuais e coletivos, desenvolvimento da autoestima, autonomia e sustentabilidade; - Vivenciar experiências que possibilitem o desenvolvimento de potencialidades e ampliação do universo informacional e cultural MDS, 2014, p.14).

Assim, pretende-se com a realização das ações do projeto acolher e ouvir os usuários que participaram da formação dos bairros do território do CRAS, reconhecendo e dando visibilidade para suas histórias, suas dificuldades, seus sonhos, valorizando suas vivências, de forma a resgatar, através de suas memórias e registro documentais, os modos de vida até os dias de hoje, identificando demandas compartilhadas/coletivizadas, visando recuperar a dimensão humana do espaço (BOSI, 1994) e gerar sentimento de pertencimento.

O processo metodológico utilizado para realizar as ações deste projeto está fundamentado no material intitulado “Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos” elaborado e publicado em 2017 pelo MDS.

Segundo o MDS (2017), as situações de convivência são tomadas como oportunidades que precisam ser criadas, preparadas e a experiência é o foco de análise e entendimento. Assim, a abordagem apresentada no material analisado propõe que as ações serão baseadas nas relações horizontais que prevê a alternância e variação de lugares, de saber e poder, com o objetivo de ampliar, fortalecer e diversificar modos de interações e os laços produzidos. Essa abordagem se concretiza por meio de encontros, de conversações e fazeres, caracterizados por:

**-Escuta:** Saber que há legitimidade e interesse pela sua narrativa oferece segurança para poder partilhar questões aflitivas ou importantes e isso fortalece vínculos;

**-Postura de valorização/reconhecimento:** Estratégia que considera as questões e problemas do outro como procedentes e legítimos (apenas porque ele foi capaz de formular



e de expressar);

**-Situações de produção coletiva:** Estratégia que fomenta relações horizontais e permite realização compartilhada. O fazer envolvido nessas situações pode ser de qualquer natureza, mas precisa ser do interesse dos que fazem. O processo de produção/planejamento é voltado ao convívio, sendo primordial qualificar esse momento e, não exclusivamente, o resultado da produção ou trabalho coletivo.

**-Exercício de escolhas:** Estratégia que fomenta responsabilidade e reflexão sobre as motivações e interesses envolvidos no processo. Organizar encontros que permitam interação e análise coletiva, em vez de aconselhamentos, agrega desenvoltura à explicitação das motivações em relação às escolhas que se faz.

**-Tomada de decisão sobre a própria vida e de seu grupo:** Estratégia que fomenta a capacidade de responsabilizar-se, de negociar, de compor, de rever e de assumir uma escolha.

**-Reconhecimento de limites e possibilidades das situações vividas:** Estratégia que objetiva analisar as situações vividas e explorar variações de escolha, de interesse, de conduta, de atitude, de entendimento do outro;

**-Experiência de escolher e decidir coletivamente:** Estratégia complexa, que fomenta e induz atitudes mais cooperativas como resultantes de análise da situação, explicitação de desejos, medos e interesses; de negociação, composição, revisão de posicionamento políticos e capacidade de postergar realizações individuais.

**-Experiência de aprender e ensinar horizontalmente:** Estratégia que permite construir, nas relações, lugares de autoridade para determinadas questões, desconstruindo a perspectiva de autoridade por hierarquias previamente definidas. Implica a identificação de saberes e experiências dos usuários para que se possam organizar momentos em que cada um ocupe o lugar de quem ensina ou protagoniza uma situação. Identificar as habilidades e potencialidades dos usuários, famílias e grupos potencializa a prática profissional.

**-Experiência de reconhecer e nominar suas emoções nas situações vividas:** Estratégia que permite aprender e ter domínio sobre os sentimentos e afetações, agregando vigor no enfrentamento das situações que disparam sentimentos intensos e negativos numa pessoa e/ou em um grupo. Expressar o que sente e interessar-se pelo que o outro sente colabora no estabelecimento de laços/vínculos.

**Experiência de reconhecer e admirar a diferença:** Estratégia que permite exercitar situações protegidas em que as desigualdades e diversidades podem ser analisadas e problematizadas e, por fim, descoladas das diferenças, permitindo que características, condições, escolhas e objetivos sejam tomados em sua raiz de diferença e não a partir de um juízo de valor hegemônico.

Para o trabalho de levantamento de dados serão utilizadas diferentes técnicas de





pesquisa, visando aprofundar o conhecimento sobre a dinâmica do território, tais como: pesquisa bibliográfica, através de livros, artigos científicos, dissertações e teses que versam sobre temas relacionados ao projeto; pesquisa documental, por meio de acesso à legislação federal, estadual e municipal relacionados aos assuntos pertinentes ao projeto; estudos estatísticos; dados socioeconômicos das famílias inseridas no Cadastro Único; mapas; e pesquisa de campo com a técnica de observação participante; entrevistas; grupo focal; oficinas; articulação com técnicos de outras instituições; entre outras.

O projeto está estruturado para ocorrer em três momentos, envolvendo, inicialmente, o planejamento das ações, a elaboração do projeto e o contato e articulação com os parceiros, usuários e demais atores; a execução das atividades previstas para acontecer quinzenalmente, com o acompanhamento da equipe do CRAS Nova Esperança; e o monitoramento e avaliação das atividades que serão realizadas de forma contínua, por meio dos seguintes indicadores: Índice de participação e Grau de satisfação com a atividade, utilizando-se como instrumentos: Lista de presença; Registos fotográficos; relatórios; e pesquisa de satisfação; relatos de experiências.

O período de duração do projeto é de 18 meses e o cronograma de atividade foi organizado em duas etapas. A primeira está prevista para ocorrer entre os meses de janeiro de 2024 a dezembro de 2024, com o estabelecimento das parcerias, a mobilização e dos participantes, a realização das atividades coletivas (visitas, oficinas, reuniões, rodas de conversas, etc), e organização e registro do trabalho realizado (entrevistas, documentários, mapas, contação de histórias, livros, propostas de intervenção, etc).

A segunda etapa está prevista para ocorrer entre os meses de janeiro de 2025 a junho de 2025 com a exposição e divulgação do trabalho executado. Estas ações serão realizadas nas instituições presentes no território, tais como escolas estaduais e municipais; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego (PEP); Programa de Inclusão Produtiva (PIP); Unidade Básica de Saúde; entre outros.

### **3. CONCLUSÃO**

O processo de construção do projeto “Memórias Coletivas” tem sido uma experiência construtiva e se mostra como uma estratégia com potencial para desenvolver as ações no âmbito do PAIF de convivência e fortalecimento de vínculos comunitários, mobilização social, e de gestão territorial.

Espera-se, com a apresentação deste projeto, contribuir nas discussões sobre o trabalho social realizado nos CRAS e que este possa promover ações de articulação intersetorial, visando potencializar a rede de proteção social, unindo os diversos saberes e práticas, atuando de forma preventiva e proativa frente à complexidade das situações de vulnerabilidade e risco social existente no território.



## Referências

ALVES, J. de M.; SEMZEZEM, P. Vulnerabilidade social, abordagem territorial e proteção na Política de Assistência Social. **Serviço Social em Revista**, v. 16, n. 1, p. 143–166, 2013.. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/16115>. Acesso em: 3 mar. 2024.

BAURU. **Leitura Técnica e Leitura Comunitária – PDP- Bauru**, 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Qs1cA5CYZrhozBLgs3R6uVEzz2GQ5w8T/view>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

GOMES, I. BRITO, V. Censo 2022: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos. **Agência de notícias – IBGE**. Disponível: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos>. Acesso em: 15 fev. 2024.

LOBATO, V. Educação, Memória e História: Possíveis Enlaces. **Margens**, vol. 8, nº 10, p. 65-75, 2014. Acesso em 10 fev. 2024.

MDS. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, 2012**. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/043.pdf> . Acesso em: 30 jan. 2024.

MDS. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (reimpressão 2014)**. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf). Acesso em: 30 jan. 2024.

MDS. **Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos**, 2017. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/concepcao\\_fortalecimento\\_vinculos.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/concepcao_fortalecimento_vinculos.pdf). Acesso em: 25 jan. 2024.

RAMOS, F.; KOGA, D. Trajetórias de vida: desafios da pesquisa sociourbanística e contribuição para a gestão pública. **Serviço Social & Sociedade**, n. 106, p. 335–364, abr. 2011.